

AUTORA
BEST-SELLER
MAIS DE
250.000
LIVROS
VENDIDOS

MARY
DEL
PRIORE

histórias íntimas

*Sexualidade e erotismo
na história do Brasil*

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

MARY
DEL
PRIORE



histórias íntimas

*Sexualidade e erotismo
na história do Brasil*

3ª edição



Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Mary del Priore, 2011, 2023
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2016, 2023
Todos os direitos reservados.

Preparação e revisão: Tulio Kawata
Pesquisa documental e iconográfica: Carlos Milhono
Projeto gráfico de miolo: Vanderlei Lopes
Capa: Filipa Damião Pinto | Foresti Design
Imagem de capa: Robert John Thornton (Biodiversity Heritage Library, 1807) / Rawpixel

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Priore, Mary del, 1952-
Histórias íntimas / Mary del Priore. – 3. ed. - São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
256 p.

ISBN 978-85-422-2146-6

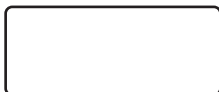
1. Comportamento sexual – Brasil - História 2. Erotismo – Brasil – História 3. História Social 4. Sexualidade – Brasil – História I. Título

23-1603

CDD 306.70981

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Comportamento sexual – Brasil - História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2023

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – 01415-002
www.editoraplaneta.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

PREFÁCIO 05

INTRODUÇÃO 07

1. DA COLÔNIA AO IMPÉRIO 11

2. UM SÉCULO HIPÓCRITA 55

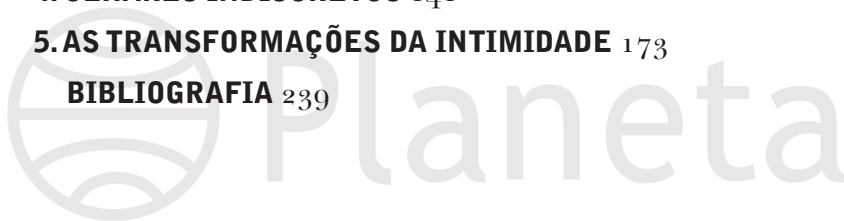
3. PRIMEIRAS RACHADURAS NO MURO

DA REPRESSÃO 103

4. OLHARES INDISCRETOS 141

5. AS TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE 173

BIBLIOGRAFIA 239



1.

Da Colônia ao Império



Planeta

O CORPO, A IGREJA E O PECADO

Podemos olhar pelo buraco da fechadura para ver como nossos antepassados se relacionavam?! De fechaduras, não! Elas custavam caro e o Brasil, na época da colonização, era pobre. Podemos, sim, enxergar através das frestas dos muros, das rachaduras das portas. Por ali se via que a noção de privacidade estava sendo “construída”, estava em gestação. E construída em meio a um ambiente de extrema precariedade e instabilidade. Em terras brasileiras, colonos tiveram que lutar, durante quase três séculos, contra o provisório: o material, o físico, o político e o econômico. “Viver em colônias” – como se dizia então – era o que faziam. Sobreviviam... E sobreviviam sob o signo do desconforto e da pobreza. Habitavam casas de meias paredes cobertas de telhas ou sapê, com divisão interna que pouco ensejava a intimidade. Nelas faltavam móveis que oferecessem algum conforto, ou boa iluminação, devido à falta de vidros. Instaladas em vilarejos sem arruamento, ali os animais domésticos pastavam à solta e havia lixo em toda parte. A água, esse bem mais precioso em nossos dias, só aquela de rios e poços ou a vendida em lombo de burro ou de escravos. Privacidade, portanto, zero.

A noção de intimidade no mundo dos homens entre os séculos XVI e XVIII se diferencia profundamente daquela que é a nossa no início do século XXI. A vida quotidiana naquela época era regulada por leis imperativas. Fazer sexo, andar nu ou ter reações eróticas eram práticas que correspondiam a ritos estabelecidos pelo grupo no qual se estava inserido. Regras, portanto, regulavam condutas. Leis eram interiorizadas. E o sentimento de coletividade sobrepunha-se ao de individualidade.

Mas falar nesse assunto quando a América ainda era portuguesa implica compreender o que se entendia por privacidade

há quase trezentos anos. Apenas em 1718 o conceito fará sua aparição. E foi o dicionarista jesuíta Raphael Bluteau quem, pioneiramente, esclareceu:

“Privado: uma pessoa que trata só de sua pessoa, de sua família e de seus interesses domésticos.” Mais tarde, em 1798, no seu *Elucidário de palavras e termos*, frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo definia que o verbete “privido” – palavra mais tarde substituída por “privado” – designava o que pertencia a uma particular pessoa. Quase cem anos foram necessários para que “privado” deixasse de significar o que fosse familiar e coletivo para se centrar no pessoal. Mas como fazer tal passagem em terras de escravidão e de pobreza material, onde, contrariamente à Europa ocidental, não havia muita separação entre privado e público? Como, num lugar onde todos sabiam de tudo e de todos?

Era diferente. Aqui, muitas pessoas andavam seminuas: sobretudo índios e escravos. As regras e os ritos vindos da Europa não se tinham consolidado entre índios e africanos. Palavras como *vergonha* e *pudor*, recém-dicionarizadas no século XVI, continuavam ausentes dos “vocabulários” – nome que então se dava aos glossários –, até entre portugueses. Para os etimologistas, a palavra nasceu à época da chegada dos lusitanos às nossas costas. Antes, *pudenda* designava os órgãos sexuais, “vergonhosos”. Inicialmente associados à pudicícia, *pudor* e *castidade* eram sinônimos. Os primeiros dicionários deram o sentido atual ao termo, ligando-o à modéstia, decência e civilidade. Considerado natural nas mulheres, o pudor permitia afirmar que uma mulher nua podia ser mais pudica do que uma vestida. Isso, pois acreditava-se que, ao despir-se, ela se cobria com as vestes da vergonha.

O pudor que se definia nos dicionários não era um conceito espalhado na sociedade. Enquanto Isabel de Castela, em 1504, morria de uma ferida que não quis mostrar aos médicos, recebendo a extrema-unção sob os cobertores para não exhibir nem os pés, muitos moradores da América portuguesa vestiam-se apenas

com um minúsculo pedaço de tecido. Descobria-se, então, que existiam povos obedientes a diferentes noções de pudor.

Ora, tais noções foram pioneiras em esboçar a história do polimento das condutas, do crescimento do espaço privado e dos autoconstrangimentos que a modernidade foi trazendo. Daquilo que Michel Foucault chamou de cuidado de si; uma esfera cada vez mais definida entre o público e o privado. Esfera capaz de afastar, de forma progressiva e profunda, um do outro. E que conta a história do peso da cultura sobre o mundo das sensações imediatas. Cultura que nos levou da vida em grupo ou em família para o individualismo que é a marca de nosso tempo.

NO INÍCIO, ERA O PARAÍSO

1500: Pleno desabrochar do Renascimento na Europa e chegada dos “alfacinhas” ao Brasil. Em 1566, é dicionarizada na França, pela primeira vez, a palavra *erótico*. Designava, então, “o que tiver relação com o amor ou proceder dele”. Na pintura, o humanismo colocava o homem no centro do mundo – e não mais Deus –, descobrindo-se os corpos e o nu. Nu que, hoje, associamos ao erotismo. Mas era ele, então, sinônimo de erotismo? Não. Isso significa que as palavras, os conceitos e seus conteúdos mudam, no tempo e no espaço; o que hoje é erótico, não o era para os nossos avós.

Começemos por um exemplo bastante conhecido. Ao desembarcar na então chamada Terra de Santa Cruz, os recém-chegados portugueses se impressionaram com a beleza de nossas índias: pardas, bem dispostas, “suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha alguma”. A Pero Vaz de Caminha não passaram despercebidas as “moças bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas”. Os corpos, segundo ele, “limpos e tão gordos e tão

formosos que não pode mais ser”. Os cânones da beleza europeia se transferiam para cá, no olhar guloso dos primeiros colonizadores. Durante o Renascimento, graças à teoria neoplatônica, amor e beleza caminhavam juntos. Vários autores, como Petrarca, trataram desse tema para discutir a correspondência entre belo e bom, entre o visível e o invisível. Não à toa, nossas indígenas eram consideradas, pelos cronistas seiscentistas, criaturas inocentes. Sua nudez e despudor eram lidos numa chave de desconhecimento do mal, ligando, portanto, a “formosura” à ideia de pureza. Até suas “vergonhas depiladas” remetiam a uma imagem sem sensualidade. As estátuas e pinturas que revelavam mulheres nuas, o faziam sem pelos púbicos. A penugem cabeluda era o símbolo máximo do erotismo feminino. A questão da sensualidade não estava posta aí.

Nuas em pelo, as “americanas” exibiam-se, também, nas múltiplas gravuras que circulavam sobre o Novo Mundo, com seus seios pequenos, os quadris estreitos, a cabeça coroada por plumagens ou frutas tropicais. Os gravadores do Renascimento as representavam montadas ou sentadas sobre animais que os europeus desconheciam: o tatu, o jacaré, a tartaruga. Mas, aí, a nudez não era mais símbolo de inocência, mas de pobreza: pobreza de artefatos, de bens materiais, de conhecimentos que pudessem gerar riquezas. Comparadas com as mulheres que nas gravuras representavam o continente asiático ou a Europa, nossa América era nua, não porque sensual, mas porque despojada, singela, miserável. As outras alegorias – a Ásia e a Europa – mostravam-se ornamentadas com tecidos finos, joias e tesouros de todo tipo. Mesmo a África, parte do mundo mais conhecida no Ocidente cristão do que a América, trazia aparatos, expondo a gordura. Gordura, então, sinônimo de beleza.

O retrato das americanas, além da magreza e da nudez, ostentava sempre um signo temido: os ossos daqueles que tinham sido devorados nos banquetes antropofágicos. Nudez, pobreza e antropofagia andavam de mãos dadas. As interpretações, en-

tão, se sobrepunham: passou-se da pureza à pobreza. E daí ao horror por essa gente que comia gente. Pior. À medida que os índios resistiam à chegada dos estrangeiros, aprofundava-se sua satanização. Para combatê-los ou afastá-los do litoral, nada melhor do que compará-los a demônios. A nudez das índias estava, pois, longe de ser erótica.

Desde o início da colonização lutou-se contra a nudez e aquilo que ela simbolizava. Os padres jesuítas, por exemplo, mandavam buscar tecidos de algodão, em Portugal, para vestir as crianças indígenas que frequentavam suas escolas: “Mandem pano para que se vistam”, pedia padre Manoel da Nóbrega em carta aos seus superiores. Aos olhos dos colonizadores, a nudez do índio era semelhante à dos animais; afinal, como as bestas, ele não tinha vergonha ou pudor natural. Vesti-lo era afastá-lo do mal e do pecado. O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne. Afinal, como se queixava padre Anchieta, além de andar peladas, as indígenas não se negavam a ninguém.

A associação entre nudez e luxúria provocava os castigos divinos. Ameaçavam-se as pecadoras que usavam decotes. Eis por que a luxúria foi associada a uma profusão de animais imundos: sapos, serpentes ou ratos que se agarravam aos seios ou ao sexo das mulheres lascivas. Nas igrejas, pinturas demonstravam os diabos que recebiam as almas pecadoras, nuas em pelo, com golpes de pá e tridentes. Nos livros de oração com imagens, o justo morria sempre de camisola. O pecador, despi-do! Enterravam-se as pessoas vestidas, para ressuscitarem com roupas que as identificassem.

Mas que significado teria o nu, na Idade Moderna? A nudez era erótica? Havia, então, uma grande diferença entre nudez e nu. A nudez se referia àqueles que fossem despojados de suas vestes. O nu remetia não à imagem de um corpo transido e sem defesa, mas ao corpo equilibrado e seguro de si mesmo. O vocá-

bulos foi incorporado, no século XVIII, às academias de ciências artísticas, onde a pintura e a escultura faziam do nu o motivo essencial de suas obras.

A realidade, porém, era menos “artística”. Viajantes estrangeiros que passavam pelo Brasil, nessa época, ficavam chocados com a nudez dos escravos nas ruas. As poucas blusas que escorregavam pelo ombro, os seios nus, magros e caídos, escorrendo peito abaixo. E, contrariamente aos nossos dias, não havia lugar do corpo feminino menos erótico ou atrativo do que os seios. As chamadas “tetas”, descritas nos tratados médicos como membros esponjosos próximos ao coração, tinham uma só função: produzir alimento. Acreditava-se que o sangue materno cozinhava com o calor do coração, tornando-se branco e leitoso.

Os seios jamais eram vistos como sensuais, mas como instrumentos de trabalho de um sexo que devia recolher-se ao pudor e à maternidade. O colo alvo, o pescoço como “torre de marfim” cantado pelos poetas, pouco a pouco começa a cobrir-se. E isso até nas imagens sacras. Estátuas da Virgem Maria em estilo barroco, antes decotadas, ou a própria Virgem do Leite – que no Renascimento expunha os bicos –, desaparecem de oratórios e igrejas. Nossa Senhora passa a cobrir-se até o queixo, quando não era vestida pelas próprias devotas.

E DEPOIS, O INFERNO...

Bem diferente também era a noção de pudor que as viagens ultramarinas revelaram aos europeus. Singrando mares e chegando a terras que lhes eram desconhecidas, encontraram povos que tinham outras noções quanto à nudez, às funções corporais ou à sexualidade. Aos olhos dos europeus, os “selvagens” não tinham sido ungidos pela Graça divina. E seria considerado ofensivo colocar em dúvida os comportamentos

cristãos para seguir o exemplo de índios. Mas a diferença não estava só entre cristãos e bárbaros. Mesmo na Europa, pudor de sentimentos & pudor corporal tinham significados diferentes entre os diferentes grupos: ricos ou pobres, homens ou mulheres.

O banho, por exemplo. Ele gozou de grande prestígio entre as civilizações antigas e estava associado ao prazer: vide as termas romanas. Durante o Império, os banhos públicos multiplicaram-se e muitos se tornaram locais de prostituição. Eram os chamados “banhos bordéis”, onde as “filhas do banho” ofereciam seus serviços. Os primeiros cristãos, indignados com a má frequência, consideravam que uma mulher que fosse aos banhos poderia ser repudiada. O código Justiniano deu respaldo à ação. Concílio após concílio, tentava-se acabar com eles. Proibidos aos religiosos, sobretudo quando jovens, abster-se de banho se tornou sinônimo de santidade. Santa Agnes privou-se deles toda a vida. Ordens monásticas os proibiam aos seus monges. O batismo cristão, antes uma cerimônia comunitária de imersão, transformou-se numa simples aspersão.

Contudo, é importante lembrar que, apesar dos prazeres oferecidos pela água, gestos de pudor estavam sempre presentes. Durante a Idade Média, homens e mulheres não se banhavam juntos, salvo nos prostíbulos. Ambos cobriam as partes pudendas. Eles, com um tipo de calção. Elas, com um vestido fino e comprido. Regulamentos austeros coíbiavam horários e orientavam o uso das estufas. Era terminantemente proibido, por exemplo, que homens entrassem nos banhos femininos e vice-versa. Não faltam ilustrações – em miniaturas e gravuras – sobre o *voyeurismo*, capaz de quebrar as severas regras que controlavam tais espaços.

Segundo alguns autores, enquanto nossos índios davam exemplo de higiene, banhando-se nos rios, os europeus eram perseguidos pelas leis das reformas católica e protestante que lhes interditavam nadar nus. A visão de rapazes dentro dos rios,

mergulhando ou nadando em trajes de Adão, causava escândalo, quando não penalidades e multas.

A nudez e a poligamia dos índios ajudavam a demonizar sua imagem. Considerados não civilizados, a tentativa dos jesuítas em cobri-los resultou, muitas vezes, em situações cômicas, como a relatada por padre Anchieta:

“Os índios da terra de ordinário andam nus e quando muito vestem alguma roupa de algodão ou de pano baixo e nisto usam de primores a seu modo, porque um dia saem com gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu; outro dia saem com seus sapatos ou botas e o mais nu.[...] e se vão passear somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes.”

A discussão sobre a nudez dos selvagens alimentava outra: o que teria vindo antes: a roupa ou o pudor? Adão que o dissesse... Teve que se cobrir com uma folha de parreira, assim que foi expulso do paraíso. Eis por que os missionários impunham roupas aos índios. Inspirados pelas “descobertas”, vários tratados sobre indumentária e costumes foram então escritos na Europa. A ideia era a de que se cobrissem os nus, retirando-lhes as armas da sedução. Mas que, também, se atacasse os que se cobriam com tecidos caros, perucas pomposas e maquilagem, sinônimo de luxúria e vaidade. Daí a importância da modéstia como sinônimo de pudor.

O CHEIRO DO PRAZER

Hábitos de higiene, hoje associados ao prazer físico, eram inexistentes. Entre os habitantes da América portuguesa, a sujeira esteve mais presente do que a limpeza. E isso, durante séculos. O viajante inglês John Luccock, no início do século XIX, ainda afirmava que as abluções frequentes não eram “nada apreciadas pelos homens. Os pés são geralmente a parte mais limpa

das pessoas. Os rostos, mãos, braços, peitos e pernas que, todos eles andam muito expostos em ambos os sexos, raramente recebem a bênção de uma lavada [...] os cubículos em que se acham os leitos raramente são abertos à influência purificadora do ar livre, nem tampouco expostas ao sol as camas, embora úmidas de suor”.

A sensibilidade olfativa dos colonos estava longe daquela que já se instalara na Europa, que tinha a preocupação de “oxigenar os ares” e de banir definitivamente o mau cheiro. Tal movimento suscitava a intolerância em relação aos odores do corpo, que entre nós ainda eram plenamente admitidos. Teóricos já advertiam para os riscos de a gordura tapar os poros, retendo “humores maléficos e imundícies”, das quais a pele já estava carregada. A película nauseabunda, que os antigos acreditavam funcionar como um verniz protetor contra doenças, na verdade bloqueava as trocas “aéreas” necessárias ao organismo.

Essa mudança provocou uma passagem da natureza ao artifício. Os perfumes que remetiam aos odores animais – âmbar, almíscar – saíram de moda por sua violência. Antes, as mulheres os utilizavam, não para mascarar seu cheiro, mas para sublinhá-lo. Havia nele um papel sexual que acentuava a ligação entre as partes íntimas e o odor. Na Europa “civilizada”, a emergência de uma nova forma de pudor, porém, ameaçava essa tradição, substituindo-a por exalações delicadas à base de lavanda e rosas. O *bidet* foi então introduzido na França, tornando-se o auxiliar do prazer. As abluções femininas se revestiam de erotismo. Os talcos perfumados e outros pós, à base de íris, flor de laranjeira e canela, cobriam as partes íntimas. Um simples perfume aguçava a consciência de si, aumentando o espaço entre o próprio cheiro e o dos outros, a multidão fedorenta. O odor forte, considerado um arcaísmo, se tornou coisa de roceiras e prostitutas velhas.

Entre nós, o âmbito da higiene íntima feminina, de difícil pesquisa histórica, foi brevemente abordado pelo poeta baiano Gregório de Matos. No fim do século XVII, ele escreveu sobre a carga

erótica do “cheiro de mulher”. Sim, cheiros íntimos agradavam: o do almíscar era um deles. O poeta criticou uma mulher que seduzira por lavar a vagina antes do ato sexual, maldizendo as que queriam ser “lavadeiras do seu cu”. Certa carga de erotismo dependia do equilíbrio entre odor e abluções, embora houvesse muitos, como Gregório de Matos, o Boca do Inferno, que preferissem o sexo feminino recendendo a “olha” e sabendo o “sainete”. “Lavai-vos, minha Babu, cada vez que vós quiseres”, cantava o poeta, “já que aqui são as mulheres lavadeiras do seu cu”.

“Lavai-vos quando o sujeitos
E porque vos fique o ensaio
Depois de foder lavai-o
Mas antes não o laveis.”

E reclamava:

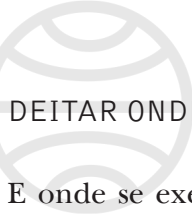
“Lavar a carne é desgraça
Em toda a parte do Norte
Porque diz, que dessa sorte
Perde a carne o sal, a graça;
E se vós por essa traça
Lhe tirais o passarete
O sal, a graça, o cheirete,
Em pouco a dúvida topa
Se me quereis dar a sopa
Dai-ma com todo o sainete.”

O cheiro de almíscar ainda agradava por estes lados do Atlântico, onde o *bidet* só aportou no século XIX.

Mas lavar o corpo, com quê? Um pedaço de sabão era bem inestimável. Que o diga certo Baltasar Dias, em 1618. Ao ver que fora roubado do seu, trazido com dificuldade na caravela que o levava da cidade do Porto para Pernambuco, deu de “dizer

palavras de cólera e que o Diabo o levasse de seu corpo”, numa explosão de rara fúria. Conclusão? Foi denunciado à Inquisição por blasfêmia.

Embora longe da higienização de nossos dias, certa sensibilidade ao cheiro do corpo ia se instalando. Os processos de divórcio apresentados à Igreja Católica revelam traços da intolerância de certos cônjuges em função do odor. O mau cheiro impedia suas relações sexuais. Em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, por exemplo, Ana Luísa Meneses acusava o cônjuge de “pitar tabaco de fumo”, que lhe conferia um “terrível hálito que se faz insuportável a quem dele participa”. E Maria Leite Conceição reclamava dos “pés e pernas inchadas” do seu, “das quais exalava um mau cheiro insuportável”. Como se vê, o embate conjugal não passava longe de alguns critérios de sensibilidade feminina.



DEITAR ONDE?

Planeta

E onde se exerciam os rituais de intimidade? Um viajante inglês responde: “As casas têm em geral três ou quatro andares. Internamente, essas residências são muito mal mobiliadas, ainda que muitas delas tenham quartos adornados com bonitas pinturas.”

As moradas até podiam ser belas, mas seu interior raramente era limpo. Os aposentos, por vezes, eram varridos com uma espécie de vassoura feita com bambu. Água no chão? Nunca. As paredes das casas, raramente pintadas uma segunda vez depois da caiação original, tornavam-se amarelas. Os cubículos dos quartos quase nunca eram abertos à “ação purificadora do ar livre, nem tampouco expostas as camas, embora úmidas de suor. A fim de tornar os quartos toleráveis e deles expulsar os miasmas de que se acham penetrados, costumam se queimar substâncias odoríferas logo antes da hora de se recolher”. Tais odores também

mantinham afastados, por curto espaço de tempo, os “atacantes invisíveis”: mosquitos, baratas, percevejos e outras imundícies. Os detritos só eram removidos uma vez por semana. Os penicos estavam em toda a parte e seu conteúdo, sempre fresco, era jogado nas ruas e praias. Decididamente, não era esse o ambiente ideal para encontros eróticos, como os concebemos hoje.

Nas classes populares, a privacidade era um luxo que ninguém tinha. Dormia-se em redes, esteiras ou em raríssimos catres compartilhados por muitos membros da família. Os cômodos serviam para tudo: ali recebiam-se os amigos, realizavam-se os trabalhos manuais, rezava-se, cozinhava-se e dormia-se. A precariedade não dava espaço para o leito conjugal, essa encruzilhada do sono, do amor e da morte. Entre os poderosos, a multiplicação de quartos nas residências não significava garantia de privacidade. Todos davam para o mesmo corredor e raramente tinham janelas. Ouvidos indiscretos estavam em toda a parte. Frestas nas paredes permitiam espiar. Chaves eram artefatos caríssimos e as portas, portanto, não se trancavam.

Na alcova podia haver uma cama coberta por mosquiteiro, colchão rijo, travesseiros redondos e chumaços, e “excelentes lençóis”. Elemento de ostentação nas casas ricas, a cama traduzia um nível de vida: a conquista do tempo e da liberdade. Mas, para suas intimidades, os casais sentiam-se mais à vontade “pelos matos”, nas praias, nos campos, na relva. Longe dos olhos e ouvidos dos outros.

Nessa época, na Europa, as camas com baldaquino, com as cortinas fechadas, ofereciam a possibilidade de isolamento. Aqui, só chegaram mais tarde, aparecendo nos ex-votos de madeira dos finais do século XVIII. Respeitava-se a regra: ao trocar de roupa, ninguém olhava. Na Europa, graças à criação da sala de banhos e do *boudoir*, se reuniram as condições de exercício de uma nova forma de erotismo. Entre nós, porém, o penico vigorou até os fins do século XIX, empestando o ambiente.

Quanto ao asseio e às regras de civilidade, contudo, havia muito que aprender. Os moradores da Colônia ainda estavam muito próximos de comportamentos julgados selvagens na Europa. Lá, desde a Idade Moderna, já se desaconselhava arrotar ou peidar em público. Na época das reformas religiosas, no século XVI, nos vários manuais de civilidade publicados graças ao aparecimento da imprensa, se recomendava apertar os glúteos com força, “não deixando escapar nada de mau gosto”. Ou que os ruídos fossem abafados pelos de uma falsa tosse. Às senhoras que sofriam de gases, era sugerido ter sempre cachorrinhos como companhia. Aos pobres quadrúpedes eram atribuídos os maus cheiros ou os ruídos anormais. Entre nós, os flatos eram combatidos, segundo o cirurgião barbeiro Luís Gomes Ferreira, atuante em Minas Gerais, em 1735, com copinhos ou dedais de aguardente.

Aqui, os limites para suportar o mau cheiro corporal não só ficavam evidentes no cotidiano, como eram tolerados. O melhor narrador sobre o tema é Gregório de Matos. Sua obra poética está recheada de fatos do dia a dia. Muitos de seus poemas foram oferecidos, por exemplo, “A uma mulher que se borrou na igreja em quinta-feira de Endoenças”, “A uma mulher corpulenta que em noite de Natal soltou um traque para chegar ao confessionário”, etc.

O tímido desgosto frente à nudez e ao mau cheiro reforçava, contudo, as normas culturais do início dos tempos modernos. Apesar de a sujeira estar em toda parte, as pessoas apontavam-na com o dedo e começavam a se incomodar. Os maus modos também começaram a ser notados. Sobretudo, defecar e urinar em público, expondo as partes íntimas, chocava. Que o diga John Barrow, que, em seu relato *A Voyage to Conchinchina in the Years of 1792 and 1793*, registrou o hábito das mulheres de urinar “descaradamente” nas ruas do Rio. O certo era fazê-lo contra um muro, cobrindo o sexo, na tentativa de proteger-se dos olhares alheios.

Se a intimidade não era regra para todos, cobrir o sexo era lei. O Renascimento, apesar de seu amor pela beleza física, jamais discutiu a questão da nudez. Deu-lhe apenas outro sentido. Ver uma mulher nua, segundo o filósofo francês Montaigne, esfriava mais o ardor sexual do que incitava à tentação. No reino de Pegu, atual Birmânia, explicava ele, os homens preferiam ter prazer uns com os outros. Isso, pois o uso de vestidos fendidos, que nada escondiam, os fez desgostar profundamente das mulheres. Viva o pudor feminino – alimento ao desejo masculino!

ONDE SE ESCONDE O DESEJO

Frente a tal noção de privacidade, que atenção se dava aos corpos? O que agradava ou desagradava? Gilberto Freyre foi pioneiro em captar o interesse dos portugueses pela “moura encantada”: tipo delicioso de mulher morena de olhos pretos, segundo ele, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas de fontes mal-assombradas – que os lusos vieram reencontrar nas índias nuas e de cabelos soltos. “Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras.”

Morenice e robustez eram, então, padrões de beleza. Não apenas na pluma dos poetas, mas também na pena de viajantes estrangeiros de passagem pelo Brasil, sensíveis, eles também, às nossas Vênus. Coube-lhes deixar o registro do que era percebido e apreciado. Eis as impressões de um dos fundadores da Austrália, de passagem pelo Rio de Janeiro, em 1787:

“As mulheres, antes da idade de casar, são magras, pálidas e delicadas. Depois de casadas, tornam-se robustas, sem, contudo,

perder a palidez, ou melhor, certa cor esverdeada. Elas têm os dentes muito bonitos e melhor tratados do que a maioria das mulheres que habita países quentes, onde o consumo de açúcar é elevado. Seus olhos são negros e vivos e elas sabem como ninguém utilizá-los para cativar os cavalheiros que lhes agradam. Em geral elas são muito atraentes e suas maneiras livres enriquecem suas graças naturais. Tanto os homens quanto as mulheres deixam crescer prodigiosamente os seus cabelos negros: as damas em forma de grossas tranças que não combinam com a delicadeza dos traços. Mas o hábito torna familiares as mais estranhas modas. Estando um dia na casa de um rico particular do país, comentei com ele minha surpresa relativa à grande quantidade de cabelos das damas e acrescentei que me era impossível acreditar que tais cabelos fossem naturais. Esse homem, para demonstrar que eu estava errado, chamou sua mulher, desfez seu penteado e, diante de meus olhos, puxou duas longas tranças que iam até o chão. Ofereci-me, em seguida, para rearranjá-los, o que foi aceito com simpatia.”

No passado, os cabelos femininos – ou as chamadas “crinas” – eram altamente valorizados, aliás, como o são hoje, em nossa cultura. Mas quais critérios inspiravam erotismo e atração física na Idade Moderna? É bem verdade que as características físicas de nossas belas estavam um tanto distantes das do modelo renascentista europeu de beleza e sensualidade. Os grandes pintores do período, como Veronese, o veneziano, preferiam mulheres de cabelos claros, ondulados ou anelados, com rosto e colo leitoso como pérola, bochechas largas, fronte alta, sobrancelhas finas e bem separadas. O corpo devia ser “entre o magro e o gordo, carnudo e cheio de suco”, segundo um literato francês. Como se dizia então, a “construção” tinha que ser de boa carnadura. A metáfora servia para descrever ombros e peito forte, suporte para seios redondos e costas em que não se visse um sinal de ossos. Até os dedos afuselados eram cantados em prosa e verso, dedos de unhas rosadas, finalizadas em pequenos arcos

brancos. Joias e pedrarias, bem diversas dos ramais de contas e da tinta de jenipapo que recobriam nossas índias, reafirmavam o esplendor da união entre elementos anatômicos e erotismo.

Mas o que se via dessa beleza? Nada. Os olhares masculinos brilhavam ao passar uma mulher... Coberta de cima a baixo!

“A imaginação sente-se singularmente excitada quando a gente vê essas figuras semelhantes às freiras, envoltas totalmente num manto preto, das quais mal se percebem o pezinho delicado e elegantemente calçado, um braço torneado e furtivo, carregado de braceletes e um par de olhos, cujo vivo fulgor as rendas não conseguem cobrir, movendo-se com leveza e graça sob os trajes pesados”, confessava um viajante estrangeiro.

Era a velha fórmula: o que mais se esconde mais se quer ver. O fascínio de um olhar camuflado ou do pezinho da misteriosa criatura funcionava como uma isca para o desejo. Mulheres cobertas por véus aguçavam a curiosidade e o apetite masculino. Não à toa, os poetas cantavam apenas o que era possível enxergar, como Bocage: “porém vendo sair d’entre o vestido/ um lascivo pezinho torneado...”.

Apesar da pobreza material que caracterizava a vida diária no Brasil colônia, a preocupação feminina com a aparência não era pequena. Mas vivia sob o controle da Igreja. A mulher, perigosa por sua beleza e sexualidade, inspirava toda sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças diabólicas que ele representava na teologia cristã.

“Quem ama sua mulher por ser formosa, cedo lhe converterá o amor em ódio; e muitas vezes não será necessário perder-se a formosura para perder-se também o amor, porque como o que se emprega nas perfeições e partes do corpo não é o verdadeiro amor, se não apetite, e a nossa natureza é sempre inclinada a variedades, em muitos não durará”, admoestava um pregador resmungão.

QUERIDA SERPENTE

Era preciso enfeiar o corpo para castigá-lo. Os vícios e as “fervenças da carne”, ou seja, o desejo erótico, tinham como alvo o que a Igreja considerava ser “barro, lodo e sangue imundo”. Onde tudo era feio porque pecado. Isso, porque a mulher – a velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada, nesses tempos, como um veículo de perdição da saúde e da alma dos homens. Aquela “bem aparecida”, sinônimo no século XVII para formosa, era a pior!

Logo, modificar a aparência ou melhorá-la com artifícios implicava aumentar essa inclinação pecaminosa. Mais: significava, também, alterar a obra do Criador, que modelara seus filhos à sua imagem e semelhança. Interferência impensável, diga-se de passagem. Vários opúsculos circulavam tentando impedir as vaidades femininas. Os padres confessores, por exemplo, ameaçavam com penas infernais: “Estar à janela cheia de bisuntos, tingir o sobrolho com certo ingrediente e fazer o mesmo à cara com tintas brancas e vermelhas, trazer boas meias e fingir um descuido para as mostrar, rir de manso para esconder a podridão ou a falta dos dentes e comer mal para vestir bem.”

Apesar de tantas advertências, a mulher sempre quis seduzir, fazendo-se bela. Se a Igreja não lhe permitia tal investimento, a cultura a incentivará a forjar os meios para transformar-se. Os dispositivos de embelezamento, assim como o cortejo de sonhos e ilusões que os acompanhava, eram de conhecimento geral. O investimento maior concentrava-se no rosto, lugar por excelência da beleza. As outras partes do corpo, com exceção dos pés, eram menos valorizadas. Consequência direta dessa valorização, o embelezamento facial recorria a certa incipiente técnica cosmética. A preocupação maior era, em primeiro lugar,

tratar a pele com remédios. Seguia-se a maquilagem com pós, “bisuntos” e “tintas vermelhas e brancas”, como já se viu.

Não faltaram marcas do apetite masculino em relação à morena ou mulata na literatura dos séculos XVIII e XIX. O riso de pérolas e corais, os olhos de jabuticaba, as negras franjas e a cor do buriti são os signos sedutores dessa fêmea que convida ao paladar, à deglutição, ao tato. São elas as verdadeiras presas do desejo masculino, mulheres-caça, que o homem persegue e devora sexualmente. Morenices e robustez eram, então, padrões de erotismo velado e de beleza.

Aos cuidados com a beleza do rosto somaram-se outros, relativos à roupa. O caráter ambivalente dessa última, desvelando ao cobrir as partes mais cobiçadas da anatomia, constituía, ao mesmo tempo, um instrumento decisivo e um obstáculo à sedução. Montaigne protestava: “por que será que as mulheres cobrem com tantos impedimentos as partes onde habita nosso desejo? Para que servem tais bastiões com os quais elas armam seus quadris, se não a enganar nosso apetite, e a nos atrair ao mesmo tempo em que nos afastam?”. O pudor aumentava a cobiça que deveria atenuar. E essa obsessão de ver o que não se mostrava durou. Anos mais tarde, o escritor francês Anatole France criou também uma parábola sobre o tema em seu *A ilha dos pinguins*. Um missionário, disposto a cobrir a nudez das aves que convertera, resolve vestir uma delas, e como esta passa a ser perseguida pelo conjunto de seus semelhantes, loucos de desejo, conclui: “o pudor comunica às mulheres uma atração irresistível”.

Mas desejar ardentemente uma mulher trazia riscos. Acreditava-se que o desequilíbrio ou a corrupção dos humores, graças à secreção da bile negra, explicasse uma desatinada erotização. Dela provinham os piores crimes e os mais violentos casos amorosos. Apesar do medo de castigos divinos, a razão não conseguia, muitas vezes, controlar o calor vindo do coração. Mas sem o controle de suas paixões físicas, homens e mulheres se perdiam. Pois foi o sentimento fora de controle, dando em

erotismo desenfreado, que consolidou a ideia do desejo sexual como enfermidade.

Ao final do Renascimento, longos tratados médicos são escritos sobre o tema: *O antídoto do amor*, de 1599, ou *A genealogia do amor*, de 1609, são bons exemplos desse tipo de literatura. Seus autores tanto se interessam pelas definições filosóficas do amor quanto pelos diagnósticos e tratamentos envolvidos na sua cura. Todos, também, recorrem a observações misturadas a alusões literárias, históricas e científicas para concluir que o amor erótico, *amor-hereros* ou melancolia erótica, era o resultado dos humores queimados pela paixão. E mais: que todos os sintomas observados poderiam ser explicados em termos de patologia. De doença.

Entre as causas externas do desejo erótico estariam o ar e os alimentos. E entre as internas, a falta de repouso e de sono. Em 1540, em Portugal, João de Barros dizia que a paixão física “abreviava a vida do homem”. Incapazes de conter nutrientes, os membros enfraqueciam-se, minguando ou secando. Muitos males decorreriam daí, entre eles a ciática, as dores de cabeça, os problemas de estômago ou dos olhos. A relação sexual, por sua vez, emburrecia, além de abreviar a vida. E ele concluía: só os “castos vivem muito”.

E como combater tal problema? Os remédios poderiam ser dietéticos, cirúrgicos ou farmacêuticos. Ao “regime de viver”, que se esperava fosse tranquilo, somavam-se sangrias nas veias de braços e pernas. E, ainda, remédios frios e úmidos, como caldos de alface, grãos de cânfora e cicuta, que deviam ser regularmente ingeridos. Contra o calor do desejo sexual, tomavam-se sopas e infusões frias, recomendando-se, também, massagear os rins, pênis e períneo com um “unguento refrigerador feito de ervas”. Comer muito era sinal de perigo. Os chamados “manjares suculentos” eram coisa a evitar. Além disso, recomendava-se “Dormir, só de lado, nunca de costas, porque a concentração de calor na região lombar desenvolve excitabilidade aos órgãos sexuais”.